

DESTRUIÇÃO DO ACERVO AZULEJAR BRASILEIRO: UMA PERDA IRREPARÁVEL

Zeila Maria de Oliveira Machado

Autônoma. Aluna especial do Mestrado em Artes Visuais (UFBA)

Resumo

O azulejo, considerado como um revestimento arquitetônico, foi largamente utilizado no Brasil e em outras partes do mundo, para revestir paredes de prédios e compor ambientes. Pretende-se, neste artigo, refletir sobre o processo de destruição desse patrimônio nacional, identificar e relatar casos de destruição de azulejos, para contribuir, deste modo, com a manutenção da integridade do que ainda resta desse patrimônio. Identificou-se um processo de destruição do patrimônio azulejar deixado pelas gerações passadas. Concluiu-se que para que esse processo seja interrompido é necessária uma política de educação patrimonial, de esclarecimento à comunidade sobre o significado de patrimônio, da conservação, da preservação e da restauração. Palavras-Chave: Azulejo. Patrimônio. Preservação. Conservação. Restauração.

Abstract

The tile, considered as an covering architectural, wide was used in Brazil and other parts of the world, to coat walls of building and to compose environments. It is intended, in this article, to reflect on the process of destruction of this national patrimony, to identify and to tell cases of tile destruction, to contribute, in this way, with the maintenance of the integrity of what still it remains of this patrimony. A process of destruction of to tile patrimony was identified left for the last generations. One concluded, so that this process is interrupted one politics of patrimonial education is necessary, of clarification to the community on the meaning of patrimony, the conservation, the preservation and the restoration.

Keyword: Tile. Patrimony. Preservation. Conservation. Restoration.

INTRODUÇÃO

A cerâmica tem uma forte ligação com o homem, pois, desde a pré-história, percebe-se a relação do barro com a construção de uma cultura desta matéria, o que tem levado os historiadores a buscar este elemento essencial para seus estudos. É desta matéria que nasce o azulejo, arte milenar, que permanece sendo usado até hoje.

A interpretação material e espiritual do revestimento azulejar exige, além do fundamental conhecimento histórico, estilístico e iconográfico, o uso do laboratório, cujas análises podem fornecer à história da arte e à arquitetura

determinados dados ou confirmar hipóteses. A tecnologia destas pastas de cerâmica, a época e as condições de cozedura de uma peça, a sua explicação, suas alterações, o levantamento do seu estado de conservação e intervenções anteriores, bem como a metodologia a ser aplicada para a sua prevenção, são exemplos do apoio fornecido pelo laboratório.

O azulejo, considerado como um revestimento arquitetônico foi largamente utilizado no Brasil e em outras partes do mundo, para revestir paredes de prédios e compor ambientes, propiciando, ao mesmo tempo, o conforto, uma vez que o clima do Brasil é quente e a cerâmica, com sua característica térmica, refresca o ambiente, e a decoração, alegrando com seus tons refletidos na luz natural.

Esta arte chegou ao Brasil em grande escala, principalmente no nordeste, no período da cana-de-açúcar. Hoje o país tem um precioso acervo que, infelizmente, está sofrendo por causa das condições físicas dos prédios, que tem levado este acervo a uma degradação assustadora e irreparável. Os proprietários de monumentos, ao se depararem com esse tipo de problema, optam, em geral, por substituir esse revestimento, aplicando um novo material ou, simplesmente, uma camada de tinta. Há ainda aqueles que acabam demolindo o monumento, dando lugar a uma nova construção, que atenda ao gosto arquitetônico do momento.

Aqueles que reconhecem o valor histórico deste acervo, ao se defrontar com um problema, têm o ímpeto de restaurar não só os azulejos como também o monumento no qual se encontra. Gostaria de poder acionar os órgãos competentes, para fornecerem alternativas, educar e até mesmo ajudar financeiramente os proprietários desses imóveis, para, assim, poder resgatar a memória. A palavra “restaurar”, utilizada nesse contexto, automaticamente remete ao técnico, ao profissional, ao especialista. Para Boito (2008), a restauração só poderia encontrar seu caminho, em uma sociedade que fosse capaz de entender, analisar e apreciar obras de vários períodos. Ele considera essencial a conservação e restauração, e insiste que a conservação é, em muitos casos, a única medida a ser tomada, além de ser obrigação de todos, da sociedade e do governo, tomar as providências necessárias à sobrevivência do bem.

O interesse pela preservação do patrimônio azulejar é relativamente recente, se comparado com a preocupação por outros tipos de manifestações culturais. Preservar é um termo que se refere a ações que tenham o propósito de garantir a integridade e a perenidade de determinada coisa. A preservação visa à defesa, a salvaguarda e a conservação de algo. No caso desse patrimônio, a preservação deve envolver vários tipos de ações e intervenções. A palavra “preservação”, no Brasil, para Kühl (2008, p. 59):

[...] possui um sentido lato que abarca variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para tutela, educação patrimonial e políticas públicas. Abrange também as intervenções nos bens, para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, que podem assumir a forma de manutenção, conservação, restauração, devendo o restauro ser entendido, antes de tudo, como ato de cultura, algo evidenciado por Renato Bonelli há meio século.

Para alcançar o ideal, é preciso que se tenha muita clareza do que se quer fazer, para que e porque buscar a conservação e preservação de uma obra de arte, de um monumento. A despeito desse entendimento, o que se tem constatado é a grande perda do acervo deixado pelas gerações passadas, a perda de monumentos arquitetônicos que, muitas vezes, acolhem preciosos elementos decorativos, inclusive azulejos raros de séculos anteriores, que muitas vezes retratam momentos históricos de nossos antepassados que são responsáveis pela nossa memória.

Com diferentes características entre si, o azulejo tornou-se um elemento de construção divulgado em diferentes países, assumindo-se em Portugal como um importante suporte para expressão artística nacional ao longo de mais de cinco séculos. Este material hoje é usado em razão de seu baixo custo e por suas fortes possibilidades de qualificar esteticamente um edifício de modo prático.

O patrimônio azulejar ainda existente no Brasil constitui-se em uma riqueza e um valor incalculável; ocupa um lugar de destaque não só no Patrimônio Histórico e Artístico do país, como no Patrimônio da Humanidade, destacando-se por sua qualidade, quantidade e pela especificidade de estilos, materiais e técnicas.

Pretende-se neste artigo refletir sobre o processo de destruição desse patrimônio nacional, identificar e relatar casos de destruição de azulejos identificados pelo levantamento realizado pelo IPHAN, regional de Alagoas, em 2008. Entende-se que urgem providências no sentido de manter a integridade do que ainda resta desse patrimônio, para que as gerações futuras possam conhecer o legado das gerações passadas.

Neste texto exponhe-se a história do azulejo, abordando-se a origem, técnica e influências; o azulejo como patrimônio material e a questão da conservação e preservação.

AZULEJARIA: ORIGEM, TÉCNICA E INFLUÊNCIAS

Na história da azulejaria, assinalam-se momentos bem definidos no seu desenvolvimento. No final do século VI, esse material foi introduzido na Europa, com a chegada dos árabes na Península Ibérica, difundindo-se para Espanha, Portugal e Holanda. Houve grandes progressos no aperfeiçoamento da técnica de manufatura, introduzindo-se na sua decoração, a figura humana, animais e flores.

A palavra azulejo, confundida com o termo “ladrilho”, do qual, em muitos textos antigos e contemporâneos é sinônimo, embora seja uma palavra portuguesa e castelhana, é originada do árabe *azuleich*, que significa pequena pedra cintilante; denomina um produto especial da arte do barro cozido, destinado a revestimento de paredes, tendo uma das faces esmaltada ou vidrada, de forma regular (quadrada, retangular ou poligonal) de pouca espessura. O ladrilho é um revestimento de solo, em que a superfície pintada, é simplesmente envernizada ou recoberta de esmalte mais tênue e grosseiro com espessura grossa e material rude (Barata, 1955).

É provavelmente em Andaluzia, entre os séculos XIII e XIV que as grandes aplicações decorativas são feitas na técnica do alicatado. Esta foi uma técnica largamente utilizada nos séculos XVI e XVII para revestimentos, que utilizava pedaços de cerâmica vidrada de tamanhos e formatos diferentes cotados com o alicate. A morosidade que marcava o uso da técnica fez com que fosse substituída por outras ao longo do tempo (WIKIPEDIA, 2009).

Nos séculos XV e XVI, Sevilha, Málaga e Toledo se firmaram como principais centros produtores da técnica de aresta e corda seca — técnica em que as cores são separadas, levantando-se arestas (pequenos muros) na peça, e surgem ao se pressionar o negativo do padrão (molde de madeira ou metal) no barro ainda macio (WIKIPEDIA, 2009). Os motivos árabes vão sendo diluídos e substituídos pelo desenho de inspiração italiana, sob a influência da renascença, dando início à técnica majólica.

Esta técnica foi introduzida na Península Ibérica na metade do século XVI. Embora não se tenha informações precisas sobre a origem desse termo, aventa-se a possibilidade de ter surgido numa alusão ao porto de Maiorca, de onde eram exportados os azulejos, ou ainda decorresse de uma metamorfose do termo *Opera di Mallica*, usado para distinguir a mercadoria exportada do porto de Málaga na Itália. A técnica majólica causou uma verdadeira revolução na produção do azulejo, pelo fato de permitir a execução da pintura diretamente sobre a peça já cozida. O processo que envolve essa técnica pode ser assim descrito:

Após a primeira cozedura é colocada sobre a placa um líquido espesso (branco opaco) à base de esmalte estanífero (estanho, óxido de chumbo, areia rica em quartzo, sal e soda) que vitrifica na segunda cozedura. O óxido de estanho oferece à superfície (vidrado) uma coloração branca translúcida na qual é possível aplicar directamente o pigmento solúvel de óxidos metálicos em cinco escalas de cor: azul cobalto, verde bronze, castanho manganésio, amarelo antimónio e vermelho ferro (que por ser de difícil aplicação pouco surge nos exemplos iniciais). Os pigmentos são imediatamente absorvidos, o que elimina qualquer possibilidade de correcção da pintura (designada decoração ao grande fogo). O azulejo é então colocado novamente no forno com temperatura mínima de 850°C revelando, só após a cozedura, as respectivas cores utilizadas. (WIKIPEDIA, 2009, p. 3).

Possivelmente, foi neste período que Portugal iniciou a sua produção de azulejo, sob a influência da importação do azulejo de caixilho (lisos e de cor única), da Espanha. Na segunda metade do século XVI, os centros cerâmicos de Portugal estavam no auge de sua produção, competindo, inclusive, com os espanhóis, e marcando o início da padronagem de tapete. Em princípios do século XVII verificou-se maior riqueza cromática, com predominância das cores: branco de estanho, azul de cobalto, verde de cobre

e amarelos de antimônio ou de ferro. Em meados do século XVII, predominam o azul de cobalto e o branco, limitando, portanto, a sua escala de cores, por causa da influência da porcelana chinesa, que chegava em grande quantidade na Europa (Barata, 1955).

No Brasil, que viveu três séculos sob grande e quase que exclusiva influência portuguesa, o gosto pela azulejaria teve como resultado o rico acervo de azulejos que podem ser encontrados na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, Maranhão e Pará, em especial em sua capital, Belém, além de, pontualmente, em outros estados. Nessas cidades brasileiras não são raros exemplares de azulejos dos séculos XIX ao XX.

Em Salvador, por exemplo, ainda podem ser encontrados exemplares de azulejos em edificações, como a Reitoria da Universidade Federal da Bahia, o Museu de Arte Sacra da UFBA, a igreja de Monte Serrat, a Casa da Providência, a Ordem Terceira de São Francisco, o Solar Conde dos Arcos. Sem dúvida, o mais expressivo acervo encontra-se no Convento de São Francisco, que tem grande parte de suas paredes revestidas por numerosos painéis em azulejo.

Os azulejos trazidos para o Brasil, no século XVII, foram do tipo tapete, dentre os quais os mais belos são tricolores em amarelo, azul e branco — característica seiscentista — com ornamentação geométrica, e motivos florais estilizados, produzidos na técnica majólica (BARATA, 1955).

No século XVIII, o azulejo entra no gosto popular com grande intensidade, por sua leveza e pela capacidade de amenizar o clima tropical, além do efeito decorativo, quando foi usada na fase colonial no Norte e Nordeste do Brasil. A predominância de cores é azul e branco e os motivos representados passam a ser cenas de caça, do cotidiano, cenas mitológicas e bíblicas bem como os silhares do tipo tapete (BARATA, 1955).

No século XIX, há um crescente retorno aos painéis ornamentais, iniciando com azulejos de grinaldas em flores, elementos lineares policrômicos em amarelo e branco, branco e azul. É nesse período que nasce o azulejo estampilhado, de produção semi-industrial, com motivos florais estilizados ou geométricos, voltando à arte do azulejo tipo tapete ornamental. Comparando com os azulejos de figuras, em azul e branco do século anterior,

é notório o declínio das qualidades de desenho, composição e originalidade; mas, vistos no conjunto, obtém-se um efeito bastante expressivo com rico aspecto linear e cromático (ALCÂNTARA, 1980).

O azulejo passou a revestir fachadas, solução original na história da arte brasileira que, além de utilitária, tem outras implicações, pois, ao vestir o edifício, estabelece-se um convívio diário com o transeunte. O azulejo não mais pertence ao espaço nobre, nem ao ritual religioso, mas causa ostentação e neste sentido é apreciado pela nova burguesia que quer ser diferenciada das demais classes sociais. Costume originado no Brasil e exportado para Portugal, o hábito de se aplicar azulejos em fachadas transformou e marcou a arquitetura brasileira e tem como destaque o estado do Maranhão, considerado o maior conjunto de monumentos revestidos com azulejos de fachada (ALCÂNTARA, 1980).

Portugal marcou a produção nacional de azulejos no final do século XVII para meados do século XVIII. Desde então o azulejo tem uma linguagem multiplicadora, deixando essa riqueza de cores que convivemos hoje, seja nos exemplares antigos que contemplamos nas igrejas, palácios, jardins, casas modestas ou luxuosas, fachadas reluzentes dos prédios do século passado, seja nos melhores ou piores exemplares industriais dos dias atuais.

O quadro que está sendo traçado para esse magnífico acervo azulejar no Brasil, entretanto, é de perda, devido às demolições ou, simplesmente, remoções de painéis por causa da sua degradação ou necessidade dos proprietários de mudar o estilo de suas casas. Na próxima seção abordar-se-á a questão da conservação e preservação desse patrimônio.

PATRIMÔNIO AZULEZAR BRASILEIRO: CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

O primeiro órgão, no Brasil, voltado para a preservação do patrimônio foi a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), criada em 1933, vinculada ao Museu Histórico Nacional. Tinha como finalidades primordial impedir que objetos antigos, referentes à história nacional saíssem do país, e a destruição dos monumentos, em razão de reformas urbanas, realizadas para modernizar as cidades.

Em 1537 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei n. 25, de novembro do mesmo ano. Ao longo do tempo esse órgão teve seu nome alterado até que, em 1970, foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Decreto-Lei n. 25 é considerado um marco da intervenção do estado na proteção do patrimônio histórico e artístico. Em seu Art. 1, lê-se:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 2009, p. 1).

Esses bens, entretanto, só se integrarão ao patrimônio histórico e artístico da nação depois de inscritos em um dos quatro livros do Tombo, conforme esta lei:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológicas, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, 2009, p. 1).

No Estado de Alagoas, a Regional do IPHAN realizou uma ação chamada “Patrimônio Azulejar Brasileiro”, com o objetivo de documentar e catalogar esse precioso acervo brasileiro, buscando contribuir para a sua conservação e preservação. Este trabalho foi realizado num período de seis meses (dezembro de 2008 a maio de 2009) e contemplou todo o Estado. Foram identificados 44 monumentos, entre igrejas, casarões e residências, dos séculos XIX e XX, nos quais foram encontrados exemplares de azulejos de origem portuguesa, holandesa e nacional sob influência holandesa e francesa. Após o recebimento do Relatório final, a instituição publicou um folder (IPHAN, 2008a), que foi distribuído na comunidade local, e distribuiu entre os órgãos competentes do estado e do município um relatório desse inventário (IPHAN, 2008b).

Após essa ação do IPHAN, foi registrada a demolição de 5 painéis em 4 monumentos significativos dos séculos XIX e XX, nos quais houve a perda total de duas residências que acolhiam 3 painéis e a perda de 2 painéis. As situações de tombamento desses monumentos eram a nível municipal e estadual, e um deles não era tombado. Ainda assim, quando tombado, não se trata do monumento propriamente dito, mas do entorno, portanto, nada pôde ser feito. Para as gerações futuras saberem da existência desse patrimônio devem buscar, através desses meios ou, o que é mais provável, nunca saberão.

Pretende-se contribuir com o registro desses painéis que foram perdidos e que hoje estão sendo registrados em pelo menos dois veículos de comunicação (folder, e relatório do inventário que está disponível na biblioteca do IPHAN).

O primeiro edifício que constava desse levantamento feito pelo IPHAN a ser demolido foi uma residência do século XX, situada na cidade de Maceió, bairro Salgadinho, e esta residência não está protegida pelo patrimônio. O painel de azulejo nela existente é extremamente interessante, pois é baseado num padrão de azulejo do século XVIII, chamado de figura avulsa, nos tons de branco e preto (SANTOS SIMÕES, 1965). Trata-se de um painel da década de 1970, com a peculiaridade de tratar de figuras regionais, conforme Figuras 1 e 2.



Figura 1 – Painel inteiro



Figura 2 – Detalhe do painel

O segundo imóvel a sofrer degradação foi uma residência também do século XX, classificada como modernista, situada em bairro nobre da cidade de Maceió, Farol, e também não está protegida pelo patrimônio. Foram removidos dois painéis, substituídos por revestimentos modernos de argamassa. Um dos painéis é abstrato geométrico, colorido e estava assinado, e o outro é branco e azul, em relevo, imitando azulejos portugueses do século XIX (KNOFF, 1986), muito encontrado em todo o nordeste, como ilustra as Figuras 3, 4, 5 e 6.



Figura 3 – Painel inteiro



Figura 4 – Detalhe da assinatura



Figura 5 – Painel de azulejo



Figura 6 – Detalhe da peça

O monumento seguinte, que passou pelo processo de demolição, foi um casarão do século XIX, situado na cidade de Maceió, em bairro do centro histórico, Jaraguá. Este casarão era tombado pelo governo estadual, pelo Decreto nº 6061/84 e protegido o seu entorno pelo estado e município. O painel é um adorno na fachada com azulejos do século XIX, de origem portuguesa, em padrão geométrico floral (KNOFF, 1986), como se pode visualizar nas Figuras 7 e 8.



Figura 7 – Detalhe do adorno



Figura 8 – Detalhe do azulejo

Por último, foi removida a azulejaria de um casarão do século XIX, com azulejos do mesmo século, que já havia passado por intervenção no andar inferior e, após ser vendido, passou por nova intervenção, sendo adaptado para um comércio. A pessoa que comprou resolveu remover os azulejos, para substituir por tinta. Esta edificação está situada na cidade de Maceió, num bairro do centro histórico e protegido o entorno pelo município, com tombamento estadual pelo Decreto nº 6061/84. A sua fachada é revestida com azulejo do século XIX, pertencente ao grupo de caixilhos (denominação que caracteriza motivos entrelaçados em linhas cruzadas), sua origem é portuguesa; também acompanha cercadura simples — tipo de guarnição simples constituída por uma única fiada de azulejos, limitando uma composição (KNOFF, 1986). As Figuras 9 e 10 mostram os padrões de azulejos encontrados neste casarão.



Figura 9 – Azulejo

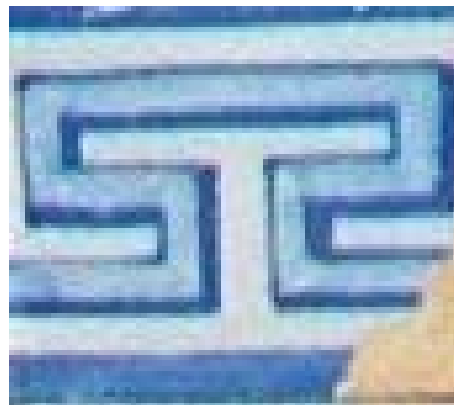


Figura 10 - Cercadura

CONCLUSÃO

O azulejo, considerado como um revestimento arquitetônico foi largamente utilizado no Brasil e em outras partes do mundo, para revestir paredes de prédios e compor ambientes.

Pretendeu-se, neste artigo, refletir sobre o processo de destruição desse patrimônio nacional, identificar e relatar casos de destruição de azulejos identificados pelo levantamento realizado pelo IPHAN, regional de Alagoas, em 2008, para deste modo, contribuir para manter a integridade do que ainda resta desse patrimônio, de modo que as gerações futuras possam conhecer o legado das gerações passadas.

O acervo azulejar brasileiro é de extrema importância para o país e também para o patrimônio mundial, pois retrata a trajetória de uma vertente da cerâmica, sendo o azulejo o objeto avaliado e originado, em grande parte, em Portugal, assim como Holanda, França e no próprio Brasil. Infelizmente, o nosso precioso acervo está sendo degradado e perdido, e para que esse processo seja interrompido é necessária uma política de educação patrimonial, de esclarecimento à comunidade sobre o significado de patrimônio, da conservação, da preservação e da restauração, procurando também deixar claro que o monumento, a obra de arte, antes de tudo, deve ser preservada e conservada, para não ser restaurada. A restauração é a última medida a ser tomada diante da obra; o trabalho de conscientização é um trabalho de paciência, insistência e requer muito cuidado por parte de nossos órgãos responsáveis pelo patrimônio, quer seja na competência municipal, estadual e federal, sendo necessária uma atitude conjunta, principalmente na escolaridade secundarista, pois são umas das bases da formação humana.

A conservação e preservação dos azulejos remanescentes é indispensável e premente. Para isso, entretanto, é preciso que haja uma motivação de cunho cultural e científico. É preciso lembrar que esse acervo é transmitido em várias áreas da linguagem artística e metodológica, e, portanto, significa um saber, tanto para as humanidades quanto para as ciências naturais e, portanto, não temos o direito de apagar os traços de gerações passadas e impedir às gerações futuras a possibilidade de conhecimentos de que os bens são transmissores.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos portugueses em São Luis do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

BARATA, Mário. **Azulejos no Brasil - séculos XVII, XVIII e XIX**. 1955. Tese (Concurso de professor catedrático de História da Arte) – Escola Nacional de Belas Artes, a Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1955.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**; Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.iab-ba.org.br/files/legislacao/decreto_lei_25_09.pdf> Acesso em: 13 maio 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário do Patrimônio Azulejar em Alagoas. Folder**. Maceió, 2008a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário dos Azulejos de Alagoas**. Alagoas, jun. 2008.

KNOFF, Udo. **Azulejos da Bahia: revisão histórica/documental de Olímpio Pinheiro**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização** – Problemas teóricos do restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS SIMÕES, João Miguel dos, **Azulejaria portuguesa no Brasil (1500-1822)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

WIKIPEDIA – a enciclopédia livre. **Azulejo**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Azulejo#Alicatado>>. Acesso em: 13 maio 2009.

Currículo:

Graduada em Bacharelado em artes plásticas, UFBA – 1993, coordenou vários projetos de restauro especialmente em azulejos e a Unidade de Restauração do Liceu de Artes e Ofício da Bahia - Agosto de 1995 a abril de 2001. Atualmente como autônoma, presta serviço na área de restauração de bens móveis e é aluna especial da disciplina “Metodologia da Pesquisa em Arte e sobre Arte”, do Mestrado em Artes Visuais, da Faculdade de Belas Artes, da Universidade Federal da Bahia. 2009.